

Íntegra das respostas das empresas e dos deputados

30/01/18 Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/2018/01/integra-das-respostas-das-empresas-e-dos-deputados/>

Confira as respostas dos deputados e empresas citados na matéria “Empresas flagradas com trabalho escravo financiaram campanha de 10% dos deputados federais eleitos”

Resposta da deputada Maria do Rosário

Nenhuma doação eleitoral influenciou ou influencia os mandatos exercidos por Maria do Rosário ao longo de sua vida pública. A parlamentar tem atuação intransigente e reconhecida na defesa dos Direitos Humanos, contra o trabalho infantil, o tráfico humano, o trabalho escravo e todas as violações.

No Parlamento e no governo federal, Maria do Rosário atuou firmemente para aprovação da PEC contra o Trabalho Escravo. No atual mandato denunciou com veemência o desmonte da CONATRAE e a precarização da fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e das equipes volantes compartilhadas com vários órgãos.

Sobre este tema, a deputada apresentou o Projeto de Decreto Legislativo 795/2017, para revogar a portaria do MTE que acaba com a fiscalização do trabalho escravo e compromete a publicação da ‘Lista Suja’.

Resposta do deputado Samuel Moreira

O deputado licenciado Samuel Moreira não tinha conhecimento de que a empresa estava na “lista suja” do trabalho escravo na eleição de 2014. E sua atuação parlamentar não foi afetada por esta ou qualquer outra doação realizada em sua campanha. Todas estão registradas no TSE. São públicas e transparentes.

Resposta do deputado Baleia Rossi

Como deputado federal, Baleia Rossi nunca se reuniu com integrantes da empresa, e também jamais tratou de assuntos relacionados a ela.

Resposta do deputado Edinho Araújo

– *O prefeito tem conhecimento das autuações recebidas pela Cutrale?*

Desconhecia as autuações.

– *De que forma as doações da Cutrale influenciaram a sua atuação como parlamentar?*

Não influenciou e nem interferiu na atuação parlamentar.

Resposta da deputada Rejane Dias

Em relação a indagação feita acerca da doação recebida pela campanha da Sra. Rejane Dias, temos a informar que, na verdade, se trata de uma doação indireta, onde a mencionada empresa fez a doação para o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores e só depois o dinheiro ingressou em campanhas eleitorais do Estado do Piauí, onde foi registrado de acordo com as normas eleitorais e devidamente contabilizado nas prestações de contas, o que demonstra a regularidade da doação.

Por se tratar de uma doação indireta, via Diretório Nacional, resta evidente que não temos, nunca tivemos, qualquer relação, seja jurídica ou particular, com qualquer pessoa da mencionada empresa, nem antes, durante, e nem depois do pleito eleitoral.

Resposta da Cutrale

Todas as doações realizadas pela Cutrale nos períodos de eleições sempre foram feitas na forma legal e transparente. Essas informações podem ser encontradas no próprio site do TSE.

Resposta da MRV

Todas as doações feitas pela MRV a candidatos ou aos partidos políticos sempre observaram a legislação eleitoral brasileira. A doação à deputada Maria do Rosário, citada na publicação, ocorreu em 15/09/2014, conforme declaração prestada ao TSE.

No que tange à inclusão da MRV na “lista suja” do trabalho escravo, ocorreu indevidamente em dois momentos: nas atualizações de 31/07/2012 e 28/12/2012. Em ambos os casos, a exclusão foi proferida em decisão judicial do STJ.

A MRV ressalta ainda, que repudia o trabalho escravo e reafirma que os valores, princípios e missão da Companhia são incompatíveis com práticas trabalhistas irregulares que possam configurar trabalho análogo a escravidão ou a precarização da mão de obra.

Resposta da JBS Aves

A JBS Aves foi incluída equivocadamente na “lista suja” do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em outubro de 2017 e excluída logo em seguida, após decisão judicial que comprova a inscrição indevida da Companhia no referido documento, conforme consta no site do próprio órgão (link para a lista atualizada: <http://trabalho.gov.br/component/content/article?id=4428>).

A Companhia e todas as suas marcas repudiam a utilização de mão de obra análoga à escrava e não compactuam com esse tipo de prática. Essa visão é comum a todos os níveis hierárquicos da companhia, tanto que as iniciativas de Compliance, que tem total anuência do Conselho de Administração da companhia, preveem medidas para

aperfeiçoar o cadastro de fornecedores para, a partir da identificação de irregularidades, excluí-los da lista.

A JBS reafirma seu compromisso com o fortalecimento das ações contra o trabalho escravo no Brasil e reforça que é signatária, desde 2007, do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, e que foi a primeira indústria de alimentos a se tornar membro do Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO) e, desde 2014, vem trabalhando em parceria com o instituto com ações inovadoras para detecção e combate ao trabalho escravo no Brasil. A empresa esclarece, ainda, que todas as informações e documentos relacionados às doações feitas para as campanhas de 2014 foram entregues pelos colaboradores da J&F à Justiça.

Resposta da assessoria da Presidência da República

– O então candidato tinha conhecimento sobre os casos de trabalho escravo envolvendo a OAS?

Não, porque esse dinheiro era repassado para os candidatos citados.

– Por que esse dinheiro foi repassado a pelo menos outros sete candidatos? Essa doação influencia na sua atuação no cargo?

Não.

Resposta do Paulo Skaf

Todas as doações recebidas pela campanha de Paulo Skaf ao governo de São Paulo estão devidamente registradas na Justiça Eleitoral, que aprovou sua prestação de contas sem qualquer reparo, dentro das regras vigentes.

Não responderam aos pedidos da reportagem

As empresas CCM Construtora, OAS, Tratenge e Tiisa não responderam aos pedidos de esclarecimento enviadas por email.

A reportagem também procurou os gabinetes dos deputados Nelson Marquezelli, Flaviano Melo, Marcos Montes, Heitor Schuch, Josi

Nunes, Aguinaldo Ribeiro, Alfredo Nascimento, Marcelo Castro, Lelo Coimbra e Zé Silva.

Marco Antônio Andrade Barbosa e Rene Pompeo de Pina não foram encontrados pela reportagem para se pronunciar.